

31 DE MARÇO EM BRASÍLIA!

**NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA
NÃO AO AJUSTE FISCAL
EM DEFESA DOS EMPREGOS
EM DEFESA DA PETROBRÁS
NÃO AO GOLPE**



PT APRESENTA PROGRAMA DE EMERGÊNCIA E AGORA DILMA?

Congresso Nacional
Direita acirra
ofensiva
pág. 4

Ajuste fiscal
Pacote do governo
ameaça salários
pág. 8

8 de março
Resgatar a bandeira
vermelha
pág. 10

Espanha
Sindicalistas conseguem
primeira vitória
pág. 11

Alckmin propõe “diálogo” para atacar a educação

Derrotado em 2015, governador de São Paulo não desistiu de seus objetivos

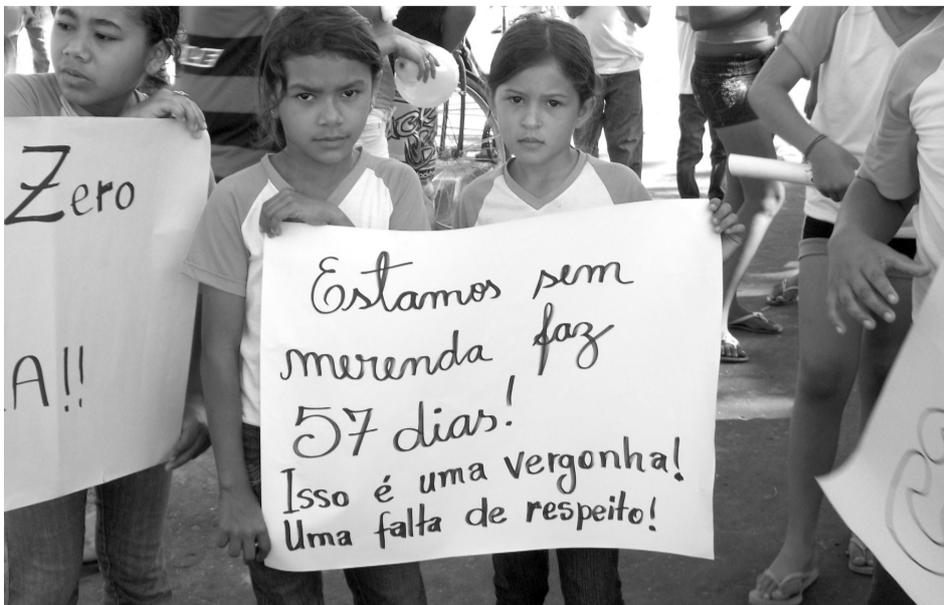
Depois de anunciar, em 2015, o fechamento de dezenas de escolas para cortar gastos com a educação, de ser e obrigado a recuar pelo vigoroso movimento dos secundaristas com a ocupação de escolas, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) mudou de tática, mas não objetivos.

No início de 2016 o corte de gastos continua e, sem desistir do fechamento de escolas inteiras, o governo começa fechando salas. Um levantamento parcial feito por 51 das 93 sub-sedes da APEOESP (sindicato dos professores do Estado de São Paulo) mostrou que 1363 salas de aula foram fechadas. No início das aulas, pais e alunos foram surpreendidos com mudança de escola, muitas vezes a quilômetros de distância das escolas que estavam matriculados.

A Secretaria de Educação alega que em função da queda na taxa de natalidade no estado, a rede deixou de receber 143 mil matrículas. O número está sob suspeição. Além de mais de 200 mil alunos terem migrado da rede privada para a rede pública entre 2014 e 2015 no estado (segundo dados da própria Secretaria), a presidente da APEOESP, Bebel, denunciou que “260 mil alunos desapareceram no censo do ano passado. Esses alunos não foram encontrados nem na rede pública e nem na rede privada”. Segundo ela, parte desses alunos está fora da escola justamente pela política de fechamento de turnos e salas que o governo tem realizado nos últimos anos.

O fechamento de salas ocorre num cenário em que várias escolas convivem com salas superlotadas, com 50, 60 e até 70 alunos.

O governo fecha salas e faz outros cortes. Em 2015 cortou verbas de custeio das escolas, o ano letivo começou e muitas escolas não tinham papel higiênico ou copos de plástico. Agora, em 2016, muitas escolas têm denunciado que suas impressoras estão sendo recolhidas pelo governo, sem nenhuma previsão de se haverá reposição.



O Projeto “Ler e escrever” voltado para alfabetização de alunos do 1º ao 5º ano também sofreu um corte de 50% das verbas em 2016.

E o grande escândalo fica por conta da merenda. Além da denúncia de roubo da merenda que recai sobre vários membros do alto escalão do governo e do PSDB, como o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Fernando Capez, muitos estudantes, pais e professores têm denunciado a enorme queda na qualidade da merenda, com escolas inteiras alimentando os estudantes com biscoitos ao invés de verdadeiras refeições.

A mudança de tática do governo

Depois do recuo imposto pelos estudantes em 2015, Alckmin, para poder cumprir a sua agenda de corte de gastos, tem evitado o confronto aberto. Não por acaso, nomeou como secretário de Educação o ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Renato Nalini.

Em 2015, em meio a forte luta dos estudantes e pressão da opinião pública, o Tribunal tomou decisão favorável aos estudantes, ao recusar o pedido do governo de reintegração de posse das escolas ocupadas e sugerir o cancelamento da reorganização.

O argumento do Tribunal não era contra a reorganização em si, mas contra a “falta de diálogo”. Com a nomeação de Nalini, o governador Alckmin tenta utilizar o suposto prestígio do Tribunal para cumprir seus objetivos não pelo embate direto, mas pela armadilha do “diálogo”, envolvendo alunos, pais e professores.

Em entrevista à Folha, publicada em 17 de fevereiro, Nalini deu pistas do que pretende. Questionado se retomaria a reorganização disse: “A escola não quer? Não vai ter. A escola quer? Pode-se tentar. Quando falo escola digo pais, alunos e professores.”

Na sequência, sobre o reajuste aos professores explicou: “no orçamento da educação, 65% é gasto com pessoal e 35% é com transporte, merenda, computadores, impressoras. Pensei em fazer uma migração. A gente chega e pergunta: ‘você conseguiria economizar qualquer importância?’ Essa despesa vai migrar para atender as legítimas reivindicações de melhoria remuneratória dos professores”.

O diálogo e as perguntas, ele explica, serão feitos ao conselho de escola. É uma evidente tentativa de colocar pais e alunos contra professores, deixando para eles brigarem entre si para resolver o problema das poucas verbas. Mas tudo, é claro, com muita “democracia”...

Grito pela educação

Por iniciativa da APEOESP, a CUT e sindicatos, entidades estudantis como a UBES e organizações como a Juventude Revolução, a UJS, a JPT, o Levante e outros têm se reunido numa iniciativa chamada Grito pela Educação, que está organizando nos dias 15 a 17 de março (data da greve convocada pela CNTE, ver pag. 6) uma conferência popular pela educação (sem participação do governo), com pais, professores e estudantes, para debater a educação pública no estado e entregar um manifesto com reivindicações ao governo estadual.

A conferência é uma tentativa positiva de dar continuidade ao movimento contra a reorganização e terá no centro do debate esta questão, ao lado do problema da merenda. Há também um conjunto de mesas simultâneas, que discutirão diversos assuntos como a valorização dos profissionais de educação, o plano estadual de educação, e a luta em defesa do Pré-sal.

Entre as mesas previstas também estão temas como a “gestão democrática” e o papel dos “conselhos de escola”, que a APEOESP defende reforçar. Mas à luz da experiência que a luta dos estudantes proporcionou e da “nova” tática do governo, é necessária atenção para não cair num emaranhado de “debates” com a Secretaria da Educação e diretores de escola, entrando no jogo de coadministrar os poucos recursos da educação. Atenção também para propostas, aparentemente sedutoras, de “democratização e modernização” da educação. A hora é de reforçar a luta por uma educação pública e de qualidade, com a independência do sindicato e a construção de verdadeiros grêmios livres, para que estudantes e professores apresentem sua própria pauta de reivindicações.

Luã Cupolillo



No último dia 24, enquanto Renan Calheiros (PMDB) colocava em votação o PLS 131 de José Serra (PSDB) que permite a entrega do Pré-sal para as multinacionais, com o lamentável acordo do governo federal, militantes da Juventude Revolução protestavam no Senado, ao lado de Petroleiros da FUP e diretores da UNE. De acordo com Sarah Lindalva, diretora da UNE e militante da JR “O presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB), impediu a entrada dos estudantes e petroleiros nas galerias do plenário para acompanhar a votação. Mesmo assim, seguimos em unidade, cantando palavras de ordem e demonstrando nossa disposição em lutar contra as tentativas de retirada da Petrobras como única operadora do Pré-sal entregando essa riqueza às multinacionais.”

Agora é necessário organizar uma verdadeira luta de massas para barrar o entreguismo de Serra e a capitulação do governo.

Hora de decisão: Dilma vai ouvir o PT?

Em 19 de fevereiro, o governo Dilma, através do ministro Nelson Barbosa, anunciou uma série de medidas que correspondem às exigências do Fundo Monetário Internacional, entre elas o estabelecimento de teto de gastos do governo, o que pode comprometer o salário do funcionalismo, os gastos com programas sociais e a política de recuperação do salário mínimo (ver pag.8).

Depois do anúncio da determinação em fazer a reforma da Previdência, é mais uma bordoadada na cabeça da base social que garantiu sua reeleição e que, através de suas organizações, tem feito frente à tentativa, capitaneada pelo PSDB, de apagar Dilma da presidência.

Em 24 de fevereiro, Dilma deu aval ao inaceitável acordo feito com o PSDB, para a aprovação, no Senado, do Projeto de Lei que revê o sistema de partilha do Pré-Sal, um pequeno, mas importante passo em direção à soberania da nação, no controle de sua riqueza.

Se com essa política, Dilma supõe que vai acalmar a ofensiva contra seu governo, se engana. Quando mais se dobra, mais se fragiliza, fortalecendo a oposição, e mais refém fica de sabotadores que coabitam seu governo, como os do PMDB.

O governo não acalma a reação, e a cada dia enerva mais sua base social que se sente

jogada aos leões com perda de empregos, salário e direitos.

Essa base social resiste, demonstrando que não está disposta a se dobrar, e pressiona as direções de suas organizações que, até por questão de sobrevivência, não pode ignorá-la.

A BASE SOCIAL QUE REELEGEU DILMA NÃO ESTÁ DISPOSTA A SE DOBRAR

No dia 26 de fevereiro, o Diretório Nacional do PT adotou um Programa de Emergência que se delimita da política econômica do governo e propõe medidas contrárias ao ajuste fiscal (ver pag. 9).

Com o Diálogo e Ação Petista, em outubro de 2015 levantamos, no "Manifesto de Alar-me", a urgência de uma política econômica para proteger a nação e os trabalhadores da crise provocada pelo imperialismo. Entre as medidas propostas estão o fim do superávit fiscal primário, a derrubada dos juros e a centralização do câmbio. O Programa adotado pelo PT não chega até aí, mas as propostas que faz não são contraditórias. O DN-PT adotou também uma campanha em defesa da Petrobras e do regime de par-

tilha no Pré-sal. São decisões que, se levadas adiante, se constituem num ponto de apoio para a luta dos trabalhadores.

A defesa do PT, submetido à ofensiva reacionária que visa seu aniquilamento, coloca a necessidade do partido reatar com sua base social, os trabalhadores da cidade e do campo, delimitando-se da política que ataca a nação e as massas oprimidas. Um pequeno passo foi dado e pede outros.

O Encontro Nacional do Diálogo e Ação Petista discutirá essa nova situação, numa disposição de, com os compromissos originários do partido, continuar agindo como o PT agia. Nessa perspectiva, desde as reuniões dos grupos de base que preparam o Encontro, está na pauta a preparação do dia 31 de março, em especial da Marcha a Brasília (ver pag.7).

Encurta o prazo da presidente Dilma para mudar, romper com a política dos que querem golpeá-la, e atender a única força social que pode defendê-la.

A questão colocada no "Manifesto da Alar-me" do Diálogo e Ação Petista, com mais ênfase está colocada agora, depois do Diretório Nacional: se Dilma não mudar, o PT deve rediscutir sua relação com o governo, pois não pode seguir avalizando um governo que dá as costas à base que o elegeu, a classe trabalhadora que em sua luta, e para ela, construiu, há 36 anos, esse partido.

GM FAZ PRESSÃO I

A General Motors, depois de ter encerrado seus negócios na Rússia, faz chantagem ao Brasil. Participa da pressão para emparedar o governo e forçar ataques aos direitos dos trabalhadores e aos serviços públicos. Aproveita-se da forte queda nas vendas (30% em relação ao ano passado, voltando ao nível de 2003) para anunciar um possível corte em seu plano de investimento no Brasil (R\$ 6,5 bilhões nos próximos 3 anos). Suas fábricas suspenderam a produção várias vezes e reduziram o pessoal em 14,7 mil trabalhadores.

GM FAZ PRESSÃO II

"Estamos aqui há 91 anos, já acostumados com altas e baixas no Brasil, mas agora pode não haver solução nos próximos três anos", dizem os executivos mundiais da GM. Embora não citem a palavra impeachment, exigem "desesperadamente mudanças, o que depende da população brasileira: revisão fiscal e reformas tributária, trabalhista e regulatória. O Brasil é terrivelmente não competitivo. A Argentina demonstrou como a situação pode mudar rapidamente com uma liderança correta na economia".

GM FAZ PRESSÃO III

A GM planeja demitir cerca de 1.500 dos 9.200 funcionários da fábrica de São Caetano. Os operários integram grupo de 2.300 pessoas que está em lay-off (suspensão temporária do contrato de trabalho) desde outubro de 2014. O sindicato negocia a prorrogação do lay-off por mais cinco meses, ou a adesão ao PPE (Programa de Proteção ao Emprego), que permite aos empregadores reduzirem em até 30% a carga horária e os salários em épocas de crise.

Memória

NO COMBATE POR UM PT SEM PATRÕES

Até os dias 12 e 13 de abril, quando será realizado o Encontro Nacional dos Militantes do Partido dos Trabalhadores, o programa, os estatutos e a direção (a Coordenação Nacional Provisória) estarão em discussão (...). (...) A única coisa que distingue o PT dos demais partidos políticos que estão sendo montados a partir da "reforma partidária" decretada pelo general Figueiredo é a perspectiva de construir um "partido sem patrões". Isto porque mesmo se tiver um programa que não apresente respostas corretas para todos os problemas da nação, um partido de trabalhadores, sem patrões, é (...) um passo positivo na luta da classe operária contra a burguesia e seu regime.

O Trabalho nº 50 - 4/3/1980



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Revigorada, a oposição amplia a ofensiva

Aprovação do Projeto de Serra em acordo com PMDB, e aval do governo, dá gás às forças reacionárias

A aprovação do projeto de Lei do senador José Serra (PSDB) que modifica o regime de partilha no Pré-sal, com o governo Dilma puxando o tapete da bancada do PT no Senado, foi a senha para um recrudescimento dos ataques à nação e aos trabalhadores.

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, do "aliado" PMDB, anunciaram, a continuidade da (esta sim!) aliança com a oposição, PSDB, feita para aprovar o projeto de Serra.

O Congresso Nacional, o mais reacionário desde 1964, avança a política apresentada por Aécio Neves nas eleições de 2014, em particular depois que dobrou o governo no projeto do Pré-sal, com a bancada do PT votando contra.

Renan Calheiros anunciou que vai levar à frente sua "agenda econômica independente". Referindo-se a projetos do governo, como o da CPMF afirma: "Por mim não vota nenhum aumento de imposto enquanto o governo não fizer reformas estruturais. Senão, você só vai aumentar imposto e não vai cortar coisa nenhuma, porque o PT não quis votar as mudanças na regra do Pré-sal, imagina a reforma da Previdência". (OESP 1/03). É como quem diz ao governo, "ajoelhou tem que rezar".

Eduardo Cunha, na Câmara, já criou as comissões para os projetos sobre o Pré-sal e de reforma da Previdência, e promete agilidade.

No Senado, entre os projetos em pauta, estão a autonomia do Banco Central, a reforma da Previdência e a fixação de teto para endividamento

AMEAÇA AO PATRIMÔNIO PÚBLICO

O Comitê composto por cinco centrais sindicais (CUT, CTB, Intersindical CSP-Conlutas e Nova Central), que luta contra o PL555 explica: "Contida na Agenda Brasil, a proposta, um substitutivo ao PL 167/2015, do senador Tasso Jereissati (PSDB), e uma referência ao PLS 343/2015, do também senador Aécio Neves (PSDB), coloca em risco o que restou do patrimônio público, sucateado durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso. A proposição transforma estatais em sociedades anônimas e abre o capital dessas empresas para o mercado. A aprovação desta lei regimental abre caminho para a entrega de parte do capital de todas as empresas administradas pelo Governo Federal, estados, municípios e Distrito Federal ao domínio privado"



A dobradinha Aécio (PSDB) e Renan (PMDB)

da União, este também de autoria de Serra. O senador do PMDB, Romero Jucá, da fictícia base do governo, afirma ser necessário "ter realismo fiscal" e anuncia apoio a esse projeto do PSDB.

A dobradinha PMDB/PSDB, enquanto o impeachment não vem, avança a política que a maioria rejeitou nas urnas em 2014.

O gás para esse avanço das forças reacionárias, é o fato de Dilma assumir essa pauta.

Uma ponte para a oposição?

Matérias publicadas na imprensa dão conta de que o governo está costurando acordos para a votação de propostas econômicas defendidas pela oposição. O acordo costurado na questão do Pré-sal é prova disso. Está em discussão no Senado um projeto que cria a Lei de Responsabilidade das Estatais (PL555), que favorece a privatização, cujo autor e relator é o senador cearense Tasso Jereissati, do PSDB (ver box). Segundo a imprensa, Dilma orientou o ministro Barbosa e senadores para negociar a aprovação do projeto, e já teria ocorrido uma

reunião entre Jereissati e o líder do governo no Senado, senador Humberto Costa, do PT, para tratar do assunto.

O jornalista Raymundo Costa, normalmente bem informado, resume assim a situação, "Dilma fala com Renan, que fala com o PSDB, essa é a concertação", o que parece corresponder aos fatos. Se Dilma pretende com isso acalmar a oposição, ou mudar de base, nos dois casos é um tiro no pé.

O PT não pode entrar nesse jogo

Condenando o acordo entre governo e PSDB na votação do Pré-sal, a Central Única dos Trabalhadores e a Federação Única dos Petroleiros, afirmam: "o governo precisa aprender que é preferível perder com dignidade do que ganhar fazendo concessões de princípios".

É verdade que no parlamento há momentos nos quais é preciso fazer negociação. Mas, é mais verdade ainda que os parlamentares eleitos por um Partido dos Trabalhadores, estão lá não para "entregar a rapadura", como pretendia o governo na questão do Pré-sal, mas para representar, defender e mobilizar, pelos interesses

dos trabalhadores. As decisões do Diretório Nacional do PT ajudam nessa direção (ver pag.9)

O senador Lindberg, explicou que na votação do Pré-sal, "nós perdemos porque o governo mudou de lado". Perguntado porque a presidente insiste nas propostas das quais o PT discorda, respondeu: "O afastamento é muito mais dela do que nosso. Fico pensando até se não é algo consciente, se afastar do PT, tentar construir uma agenda com parte da oposição, o que a gente viu na votação do Pré-sal (...). Ela tem ilusão de que pode diminuir essa raiva contra ela, a favor do impeachment, apresentando uma agenda desse tipo, se rendendo a outro projeto. Ela acha que vai conseguir acalmar os que estão contra ela no andar de cima e pode acabar perdendo a base dela. Vai ter um ato no dia 31 de março contra o golpe, contra o impeachment, mas vai ser diferente, vai ter como centro pautas contra a reforma da Previdência, contra o ajuste fiscal, em defesa da Petrobrás (OESP,28/02). É isso aí!

Ana Carolina

O todo poderoso

Em mais um golpe do Judiciário, STF permite prisão após condenação em 2ª instância

Certa feita, em entrevista ao jornalista Roberto D'Ávila, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, sobre personalidades históricas que admira, declarou ter "fascínio, foi ditador, etc, mas o tempo era outro, mas tenho fascínio, estudei muito o Napoleão Bonaparte. O que me fascina nele é o homem de Estado...instituições importantes que hoje estão aí, saíram da cabeça dele".

Fascínios individuais à parte, o fato é que hoje há um tipo de bonapartismo Judiciário no Brasil que, pretendendo pairar acima das classes e partidos, avança contra as organizações dos

trabalhadores e a democracia.

Na Operação Lava Jato, mesmo se representação à Justiça Federal contra João Santana, não indique indício de ilegalidade nos pagamentos feitos pelas campanhas do PT, o Delegado Felipe Pace diz que "há forte probabilidade de que a destinação, de maneira oculta e dissimulada, de recursos espúrios da corrupção da Petrobrás, possui vinculação direta aos serviços prestados em favor do PT". O alvo do bonapartismo é o PT, daí a ofensiva contra Lula.

Agora o STF decidiu que réu condenado na segunda instância da Justiça

pode começar a cumprir pena de prisão, mesmo se recorreu aos tribunais superiores. Contrário à decisão o ministro Celso de Mello, contrário à decisão declarou que "a questão do erro Judiciário, lamentavelmente é sempre possível. De qualquer maneira, houve uma inflexão conservadora do Supremo na restrição do postulado constitucional de estado de inocência".

Na reforma política, que está por ser feita, não pelo atual Congresso, mas por uma Constituinte, o Judiciário é sem dúvida, uma das instituições a ser reformada e democratizada.

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



REUNIÕES ORGANIZAM DELEGAÇÕES AO ENCONTRO NACIONAL

19 e 20 de março: representantes dos grupos de base do Diálogo e Ação Petista se encontrarão em São Paulo

Em capitais e cidades de vários estados, reuniões organizadas pelos grupos de base do Diálogo e Ação Petista (DAP), discutem a conjuntura política, a situação do partido e as ações concretas, visando a preparação do Encontro Nacional (ENDAP). As reuniões estão designando os companheiros e companheiras para o encontro e os meios de arrecadação para viabilizar a vinda a uma atividade que é autossustentada. Nessas reuniões os aderentes do DAP são convidados ao compromisso de contribuir, mensalmente, com o valor de um cafezinho. Nessa edição, reproduzimos relatos de algumas dessas reuniões, enviados por nossos correspondentes.

Alagoas

Em Maceió, a reunião ocorreu no dia 17 de fevereiro, com a presença de dez petistas que discutiram a Convocatória do ENDAP e tomaram iniciativas para participar no ato Campo e Cidade convocado pela CUT, de enfrentamento ao desmonte do

estado promovido pelo governo Renan Filho (PMDB), questionando a participação do PT no governo estadual. A reunião discutiu também a necessidade de candidatura própria do PT à prefeitura de Maceió. Ao final, foram eleitos dois delegados ao ENDAP e recolhidas contribuições para a sustentação financeira do DAP.

No dia 20, ocorreu a reunião em Girau do Ponciano, município próximo a Arapiraca, onde a juventude tem participado ativamente das atividades realizadas pelo Diretório Municipal. A reunião, após um debate público sobre violência e desmilitarização da PM, agrupou nove militantes. Também ali foram designados

dois delegados para o Encontro Nacional, um deles, o presidente do PT municipal. Nas duas reuniões os debates foram calorosos e a disposição de defender o PT era bastante clara, apesar da política adotada pela presidente Dilma que se choca cada mais com sua base social.

Pernambuco

O grupo de base do DAP de Cavaleiro, bairro de Jaboatão, constituído por trabalhadores da construção civil, professores, jovens, autônomos, comerciários, ferroviários e motoristas, que vem reunindo semanalmente, discutiu, no dia 10 de fevereiro, a Convocatória do ENDAP e escolheu o companheiro Severino Pedro de Santana, trabalhador da construção civil, como delegado ao Encontro. O plano de arrecadação para a compra da passagem, além contribuições voluntárias de companheiros petistas, contou com o aporte de \$295,00 de uma feijoada promovida pelo grupo de base.

O grupo de base tem discutido como reagrupar os petistas que se encontram dispersos, por conta do completo abandono do PT pela direção municipal, para discutir a defesa do PT diante da ofensiva que o partido vem sofrendo. Inicialmente

foi decidido estreitar relações com petistas da base do Sindmetro/PE e da Fábrica de Papel e Papelão - Portela, em Jaboatão

No dia 26, reuniu-se em Recife o grupo de base de sindicalistas, que agrupa petistas dirigentes e ativistas sindicais de várias categorias (trabalhadores em telecomunicações, professores e servidores públicos federais, dentre outros), das cidades de Recife, Olinda e Paulista. Com a presença de 12 dos seus integrantes, a discussão da Convocatória do ENDAP foi atualizada à luz dos últimos acontecimentos - votação no Senado do projeto Serra (PSDB), com acordo em o governo, que ataca os interesses nacionais na exploração do Pré-Sal. Uma das conclusões foi a participação na Marcha de 31 de março. Foi adotada a sugestão que o ENDAP tire um Manifesto com exigências (contra o ajuste fiscal, mudar a política econômica, contra a Reforma da Previdência, contra a mudança no regime de exploração do



Pré-Sal etc) dirigidas ao governo Dilma, na linha do Manifesto de Alarme do DAP, (“ou Dilma muda, ou o PT deve mudar relação com ela”);

A defesa do PT, no quadro das eleições municipais de 2016, eleições que vão ser marcadas pela disseminação do ódio de classe contra o PT, também esteve em pauta. A conclusão unânime foi a de defender candidaturas próprias do PT para as prefeituras. No entendimento dos presentes, tanto as candidaturas majoritárias, como proporcionais, devem

colocar no centro das suas campanhas, além de uma plataforma comprometida com as reivindicações dos munícipes, a defesa do PT. Foi proposto também que o ENDAP, discuta as bases para o apoio às candidaturas proporcionais, tanto de integrantes do DAP, como de outros candidatos que, mesmo sem fazer parte do DAP, tenham pontos em comum com a nossa plataforma.

O companheiro, Edílson Santana, diretor do Sinttel-PE, foi indicado ao Encontro e decidiu-se um plano de arrecadação.

ABCD Paulista

No dia 27, na sede do Diretório Municipal de Diadema (ABCD Paulista), 18 petistas da região se reuniram para preparar o Encontro Nacional. Discutiram como os petistas podem enfrentar a situação do país e da

região. Estavam presentes trabalhadores metalúrgicos, professores, previdenciários, estudantes e representantes de três mandatos parlamentares da região.

O debate foi aberto por Julio Turra, do Comitê Nacional do Diálogo e Ação Petista. Em sua fala, apresentou as propostas do

DAP e retomou o combate do manifesto dos sindicalistas no último congresso do PT, e a exigência de que o governo atenda a base social que o reeleger e que o salvou, mês a após mês, das tentativas da direita golpista.

Um companheiro, assessor de um deputado federal, relatou que visitando assembleias e portas de fábrica, percebia algo jamais visto, a hostilidade de trabalhadores com o PT, em consequência da política que gera de demissões e desemprego. Foi discutido o ataque à Petrobras, em particular a aprovação no Senado do Projeto de Serra (PSDB), destacando-se a necessidade de colocar em prática a decisão do Diretório Nacional do PT que, reunido um dia antes, que lançou uma campanha em defesa da Petrobras e contra o projeto de Serra. O

companheiro previdenciário explicou a farsa do déficit da previdência que visa justificar a reforma pretendida pelo governo.

Como proposta de ação, destacou-se: a Marcha a Brasília em 31 de março, e o ato de 1º de março, contra as demissões e a reforma da previdência convocado pelo Sindicato dos Metalúrgicos e CUT do ABC, no qual a reunião decidiu estar presente com uma faixa do Diálogo e Ação Petista.

A reunião elegeu uma delegação de três companheiros para participar do encontro nacional, arrecadou 101 reais para o financiamento das atividades do DAP, e marcou uma reunião de prestação de contas dos resultados do Encontro Nacional para 9 de abril.



Manifestação unitária cobra reivindicações

A chamado da CUT-AL, trabalhadores tomaram as ruas de Maceió

Em 18 de fevereiro, caravanas vindas de mais de 30 municípios participaram do ato público unificado do campo e da cidade, convocado pela CUT. Mais de três mil manifestantes nas ruas de Maceió, em defesa da saúde, educação, segurança, água, energia, moradia e reforma agrária. Reivindicações que se chocam com a política de ajuste imposta pelo governo federal e que é aprofundada por governadores e prefeitos.

A manifestação também lançou a campanha salarial dos servidores estaduais, confrontados com a proposta de reposição zero, apresentada pelo governador Renan Filho (PMDB). Categorias como os professores da Universidade Estadual, policiais civis e servidores do Detran já iniciaram mobilizações.

Os servidores municipais de Maceió estão em greve contra o reajuste de 2,21%



proposto pelo prefeito Rui Palmeira (PSDB), e os do interior enfrentam os prefeitos que querem impor reajuste zero.

Representações de dezenas de sindicatos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) cobram políticas públicas, protestaram contra o fechamen-

to da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Os sem terras, que resistiram a uma tentativa de despejo na cidade de Atalaia, cobram a aceleração da reforma agrária.

Os trabalhadores do setor privado e de estatais apresentaram suas reivindica-

ções contra as demissões e a ameaça de privatização da água e da energia.

O choque dos servidores públicos e do povo de Alagoas é frontal com o programa "Ponte para o futuro", do PMDB, aplicado em Alagoas. O governo de Renan Filho aprovou a lei das Organizações Sociais (OSs), confiscou 200 milhões da poupança dos servidores, demitiu mais de mil vigilantes (substituídos por presidiários), e anunciou a privatização de várias empresas, como a de água e saneamento (Casal).

A manifestação, uma demonstração de força da classe trabalhadora, foi também um passo na construção da Marcha à Brasília em 31 de março (ver pag.7).

Luiz Gomes

Rumo à greve nacional

Professores vão parar pelo pagamento do piso salarial

O Conselho Nacional de Entidades da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT) se reuniu nos dias 25 e 26 de fevereiro, para preparar a greve nacional convocada para 15,16 e 17 de março. A greve tem no centro a exigência do pagamento dos 11,36% de reajuste do piso salarial. Em geral, a categoria se choca com o descumprimento do piso salarial, por prefeitos e governadores, que só é conquistado com a mobilização. Em 2016, com estados e municípios em situação quase falimentar, dado o ajuste fiscal do governo federal, aumenta a ameaça de não cumprimento da lei.

Já estão em greve os professores do Piauí, as redes municipais de Fortaleza (CE) e Natal (RN). A expectativa é de que as greves se ampliem com a adesão de outras redes a partir da greve nacional. Em São Paulo, na data da greve, a APEOESP realizará uma Conferência Popular da Educação, com pais, professores e estudantes, para organizar a luta contra reorganização que já fechou 1363 salas de aula, e o roubo da merenda, que deixou milhares de

estudantes sem alimentação.

O Conselho de Entidades da CNTE também decidiu chamar os sindicatos filiados a participarem da Marcha à Brasília em 31 de março (ver pag. 7). Para Roberto Leão, Presidente da CNTE, os trabalhadores em educação vão "dizer ao governo que nós não toleraremos nenhuma perda de direito, muito menos reforma da previdência". (Site CNTE)

A educação pública, que já sofre brutalmente os efeitos do ajuste fiscal, está ainda mais ameaçada com a possibilidade de perda de recursos vindos da exploração do Pré-sal. O Projeto de Lei de José Serra (PSDB), aprovado no Senado (ver pag. 8), pode significar a perda de cerca de R\$ 100 bilhões na arrecadação total da União. A CNTE repudia a aprovação do Projeto de Serra (PLS 131) e organizará o combate para derrubar na Câmara Federal esse, e outros projetos que colocam em risco a soberania da nação.

Nelson Galvão

Bahia: governo propõe reajuste zero

CUT está chamada a unificar a luta dos servidores que não querem pagar pela crise

O governador Rui Costa (PT) quer "equilibrar" as contas do estado atacando os serviços e servidores públicos. Apelando à Lei de Responsabilidade Fiscal e à queda da receita, ele diz que para pagar o salário do servidor tem que ajustar as contas.

Em novembro de 2015, para economizar 200 milhões, ele proibiu a capacitação, aumento das gratificações e reestruturação de planos de cargos, carreiras e vencimentos. Em dezembro aprovou, a toque de caixa, uma emenda constitucional contra os servidores, que aumenta o tempo de trabalho para garantir a estabilidade salarial e extingue a licença-prêmio para novos servidores. Agora, no início de 2016 contingenciou mais de R\$ 1 bi do orçamento! Enquanto isso, em 2015, o pagamento da dívida do estado consumiu mais de R\$ 1,5.

Sem negociar com o funcionalismo o governador anunciou que não tem recursos para a reposição salarial

de 10,67%. Com data base em 1º de janeiro, os servidores, através de suas entidades, tentam desde 2015 uma audiência com Rui Costa. Eles reivindicam um aumento real para repor a inflação e as perdas salariais de 18,17% decorrentes do parcelamento da reposição da inflação desde 2013, além de exigir concursos, progressões e promoções acordadas.

A CUT BA, que lamentavelmente não se posicionou contra a lei que atacou a estabilidade do servidor, deveria se engajar na campanha salarial e ajudar a unificar a luta no estado no momento em que os terceirizados da administração pública exigem providências do governo frente ao atraso de salários.

Caberia também ao PT BA, ao invés de silenciar, se colocar ao lado do funcionalismo e exigir o atendimento das reivindicações, o que passa por cobrar de Dilma mais recursos, renegociar a dívida e reverter os cortes.

Paulo Riela

Governo do DF quer criminalizar sindicalista

Vice-presidente da CUT é alvo de processo do governador Rollemberg (PSB)

A vice-presidente da CUT-DF e diretora do Sinpro-DF (sindicato dos professores), Meg Guimarães, foi intimada pelo governador na vara criminal.

O processo é desdobramento da ação truculenta da Polícia Militar do DF, em ato realizado pelos profes-

res durante uma greve em 2015, pelo cumprimento de acordos firmados com o governo. A PM agrediu sindicalistas, após ter encerrado o ato com balas de borracha e gás lacrimogêneo. Meg foi arrancada à força de dentro do carro, ferida, acabou com o rosto ensanguentado e, sem oferecer

resistência, foi algemada e presa com outros quatro professores.

Rollemberg, que questiona conquistas consagradas dos servidores, quer criminalizar sindicalistas para derrotar os professores, cuja força foi demonstrada em 2015. No dia seguinte à agressão da PM, a catego-

ria realizou a maior assembleia da greve, com o fechamento de todas as escolas do DF, e conseguiu arrancar uma proposta do governo que se negava a negociar.

É preciso realizar uma ampla campanha para impor ao governador a retirada do processo contra Meg.

31 de março: exigir do governo mudança de rumo!

Direção da CUT convoca ida e concentração em Brasília

Reunida em 18 e 19 de fevereiro em São Paulo, a direção nacional da CUT abordou a difícil conjuntura de ataques sucessivos a direitos da classe trabalhadora e à soberania nacional, combinados com demissões em vários setores da economia – em particular na indústria, desde as montadoras até as siderúrgicas – que são o resultado do prolongamento do ajuste fiscal de 2015, agora sob a batuta do ministro Barbosa.

Participaram da reunião, em diferentes momentos, Lula, Genoíno e o ex-ministro e atual secretário da Previdência Carlos Gabas. Tanto Lula

como Gabas, ouviram fortes críticas dos dirigentes sindicais sobre a intenção afirmada por Dilma de reforma regressiva da Previdência (idade mínima e igualar homens e mulheres), o flerte do governo com propostas da “Ponte para o futuro” do PMDB e a continuidade do ajuste fiscal.

As resoluções adotadas (ver box) refletiram o estado de espírito reinante na reunião de cobrar de forma incisiva do governo Dilma uma mudança de rumo. O que se liga também à decisão tomada de concentrar as energias das CUTs estaduais e ramos da central em ir à Brasília em 31 de março, con-



centrando dezenas de milhares de manifestantes na capital federal, com uma pauta de exigências dirigida não só ao congresso – que pode votar uma série de medidas contra os interesses dos trabalhadores – mas em particular à presidente Dilma.

Mais gols contra do governo

A pauta do 31 de março, que já era encabeçada pelo “contra a reforma da previdência” e incluía “não ao ajuste fiscal” e “em defesa do emprego e dos direitos dos trabalhadores”, nos dias que se seguiram à reunião da DN CUT já foi engrossada com outros temas emergenciais.

Em 24 de fevereiro, com aval do governo, o Senado aprovou a proposta, originada por um projeto de Serra (PSDB), de retirar a obrigatoriedade de participação da Petrobras na exploração em regime de partilha

do Pré-sal. Fato que provocou uma reação imediata da FUP (petroleiros) e da CUT, que em nota oficial convocaram a mais ampla mobilização para barrar essa proposta na Câmara dos deputados.

No fechamento desta edição, estava em discussão no Senado o PL 555, que abre as portas para a privatização de todas as empresas públicas em todos os níveis, e as informações vindas de Brasília indicavam que o governo Dilma poderia buscar um acordo, do mesmo tipo do feito em torno do Pré-sal, o que seria um novo desastre.

Assim, a luta contra as privatizações e contra a entrega do Pré-sal às multinacionais devem passar a integrar a pauta da manifestação do próximo 31 de março, que começa a ser preparada em todo o país.

Julio Turra

TRECHOS DA RESOLUÇÃO DA DN CUT

“O governo mudou o Ministro da Fazenda, mas manteve a política anterior. Vem se distanciando de suas bases de apoio popular ao ouvir o mercado e implementar o projeto que a população derrotou nas urnas, ao transformar em moeda de troca para sua sustentação política questões caras ao povo brasileiro e à classe trabalhadora: a previdência social, os serviços públicos, as estatais. (...)”

Como parte do processo mais geral de alinhamento à tese do Estado Mínimo, está em curso no país uma onda crescente de privatização de empresas estatais. A CUT posiciona-se radicalmente contra o PLS 555/2015 (...) O projeto representa uma invasão das prerrogativas do poder executivo, cria as condições para a privatização geral das estatais brasileiras em todos os setores e esferas, além de desconsiderar o papel estratégico das estatais no desenvolvimento econômico e social do país. (...)”

A CUT manifesta total discordância e oposição à entrega de serviços públicos à administração de Organizações Sociais, Fundações e Autarquias, que atinge de forma mais intensa a saúde e a educação”.

Desemprego exige resposta

Garantia de empregos contra demissões está na ordem do dia

Com a taxa de desemprego se aproximando dos dois dígitos (está em 9,5%), a CUT e outras centrais sindicais estão organizando uma série de atos em vários pontos do país “em defesa do emprego e pelo desenvolvimento econômico”.

Assim, em 1º de março, em São Bernardo houve assembleias nas portas de fábricas da base do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em particular nas montadoras que estão encabeçando a onda de demissões. Na Mercedes 1,5 mil trabalhadores estão em “lay-off”, bem como 800 da Volks. Inclusive em fábricas que aderiram ao PPE, já há orientação patronal de não mais entrar neste programa (redução de jornada e salário, com estabilidade temporária).

A passeata programada para a via Anchieta foi suspensa em função de fortes chuvas, mas o clima nas fábricas era de disposição de luta em defesa do emprego.

Siderurgia ameaça desaparecer

A produção de aço no Brasil, base histórica para sua industrialização,

está ameaçada de desaparecer.

A combinação da privatização das siderúrgicas estatais (CSN e Usiminas), ocorridas na era FHC, com a atual situação do mercado mundial em recessão, com o aço barato chinês desalojando concorrentes, provocou uma situação em que municípios inteiros, como Cubatão (SP), Ipatinga (MG) e Volta Redonda (RJ), estejam ameaçados na sua sobrevivência com o fechamento de altos fornos e a demissão em massa dos trabalhadores.

Na Baixada Santista e Volta Redonda estão previstas neste início de março mobilizações similares à feita no ABC.

O conjunto da situação coloca a necessidade de se discutir medidas efetivas de proteção ao emprego por parte do governo federal.

Não se trata de uma questão de “mercado”, como gostam de dizer “especialistas” que só veem solução com a retomada dos investimentos dos capitalistas locais e internacionais, os mesmos que com a taxa de juros mantida nos estratosféricos 14,25% preferem manter seu capital engordando no mercado financeiro.

A defesa e proteção do emprego é uma questão social da maior importância. A suspensão de demissões já efetivadas e uma legislação que garanta estabilidade no emprego ao trabalhador

são questões que devem ser retomadas pelo movimento sindical, em particular a CUT, neste momento.

Lauro Fagundes



DESESPERO POR EMPREGO

Diante da possibilidade de retomada das obras na refinaria de Abreu Lima, a simples abertura de cadastro de currículo, em Cabo de Santo Agostinho, na região metropolitana de Recife, no dia 1º de março, levou mais de seis mil trabalhadores desempregados a se apertavam na praça da Estação Ferroviária. Milhares passaram a noite na praça disputando uma oportunidade de trabalho.

Governo anuncia pacote de corte de gastos sociais e salários

Medidas de choque com a base social que reelegeu Dilma, mas conforme o receituário do FMI

O pacote preparado pelo ministro Barbosa define regra que limita o crescimento dos gastos públicos em relação ao PIB – incluindo aí cortes de longo prazo na Previdência através da reforma que pretende elevar a idade mínima para aposentadoria. Em caso de descumprimento de tal regra, o plano estabelece uma sequência de três ajustes automáticos de despesas.

No primeiro estágio, serão proibidos aumentos acima da inflação de várias despesas, como custeios (programas e gastos sociais, como SUS, Minha Casa Minha Vida etc.) e salários de servidores. Novos concursos e vagas serão congelados. Além disso, novas desonerações a empresas serão suspensas (a única medida correta).

Se mesmo assim, o limite de gasto ainda não estiver sendo cumprido, uma segunda etapa congelaria essas despesas em termos nominais – fazendo os salários e gastos caírem frente à inflação. Subsídios também seriam cortados – fazendo preços de produtos essenciais subirem. No últi-

mo estágio, benefícios aos servidores serão cortados e o salário mínimo deixará de aumentar.

O pacote ataca todos os brasileiros: os programas sociais, o funcionalismo e os trabalhadores e aposentados que dependem do mínimo. O único gasto intocável pelo pacote são os juros da dívida, cujo pagamento é sagrado.

Além de comprometer os programas sociais, os cortes executados no ano passado por Levy levaram a um efeito dominó na economia gerando uma forte recessão. Desde o início do segundo mandato de Dilma mais de 1,7 milhões de postos de trabalho formais desapareceram.

Dilma está fazendo todo este estrago para economizar R\$ 24 bilhões de superávit primário. Mas está gastando 600 bilhões em juros reais (100 bi a mais do que no ano passado). O Brasil continua a ser (desde FHC) o país com uma das mais altas taxas de juros do mundo; cerca de sete pontos percentuais acima da inflação projetada – quando países similares

têm taxa de juros igual a da inflação.

Dilma, para atender os banqueiros, dá as costas aos trabalhadores que a reelegeram.

Por isso, vem em boa hora a decisão do Diretório Nacional do PT de apresentar um “Programa Nacional

de Emergência” (ver pag. 9), um passo na via para romper com a política enquadrada pelo superávit fiscal primário, que escorcha a nação, e assim tirar o país da recessão.

Alberto Handfas

RELATÓRIO DO FMI

O FMI apresentou na reunião do G-20 (dos governos das 20 maiores economias do mundo), ocorrida no final de fevereiro, um relatório de recomendações. Como representante dos banqueiros internacionais o Fundo faz pressão.

Reconhece que “inesperadamente a atividade global tem reduzido passo ao final de 2015 e enfraquecido ainda mais no início de 2016.” Daí ataca: “na China, a estratégia de reforma das empresas estatais precisa ser mais ambiciosa e acelerada (...). Na Rússia,” deve-se “revigorar a agenda de privatizações” etc.

Destaca que “a recessão no Brasil tem se tornado mais profunda e prolongada do que previamente esperado em meio a condições políticas difíceis.”

E por isso, exige: “um mix de política macroeconômica é imperativo. O governo deve perseguir a consolidação fiscal resolvendo a rigidez e as vinculações insustentáveis no lado dos gastos públicos, incluindo os do sistema de previdência social, e através de medidas tributárias e cortes de gastos discricionários para fortalecer resultados fiscais no curto prazo. A redução da inflação rumo a meta de 4,5% para 2017 requererá uma postura de política monetária apertada.” Por fim, defende “reformas estruturais [trabalhista] para aumentar a competitividade e a implementação de programa de concessões [privatizações] em infraestrutura”.

Pré-sal: Senado abre a porta para pilhagem

Com inaceitável aval do governo, projeto aprovado atende às multinacionais petrolíferas

O Senado Federal aprovou, em 24 de fevereiro, o projeto de José Serra (PSDB-SP) que privatiza o Pré-sal. O governo Dilma, contra a bancada do PT, promoveu um vergonhoso acordo com a bancada do PSDB e parte da bancada do PMDB, que garantiu a aprovação do substitutivo (PLS 131) apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB/RR).

O projeto abre caminho para as multinacionais se apossarem da riqueza nacional, retirando a obrigatoriedade da Petrobrás ser a operadora única do Pré-Sal, de ter participação mínima de 30% nos campos licitados e de ser a empresa responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção, como garante o regime de partilha instituído no governo Lula.

“Um dos golpes mais brutais na classe trabalhadora e no povo que mais necessita de investimentos públicos em Educação e Saúde... O governo renunciou a política de Estado no setor petróleo e permitiu um dos maiores ataques que a Petrobrás – única empresa que tem condição de



Defesa da Petrobrás na galeria do plenário do Senado durante a votação

desenvolver essa riqueza em benefício do povo brasileiro - já sofreu em sua história.”, declararam a CUT e a FUP (Federação Única dos Trabalhadores) em nota conjunta.

A FUP qualificou o acordo como “uma traição aos trabalhadores, aos movimentos sociais e a todos os setores da sociedade organizada que cerram fileiras em defesa da Petrobrás e da soberania nacional, desde a campanha “O petróleo é nosso”.

Em Editorial com subtítulo “Covardia do governo coloca em risco Pré-Sal e Petrobrás”, a federação alerta que “o projeto terá impactos graves sobre a política de conteúdo nacional, já que a única petrolífera que investe de fato

no país é a Petrobrás.”

Além do PLS 131, outros dois projetos correm em paralelo no Congresso Nacional. Um na Câmara dos Deputados de autoria de Mendonça Filho (DEM-PE) e outro no Senado de autoria do tucano Aloysio Nunes, propondo acabar com o regime de partilha e voltar para o de concessão, onde os lucros ficariam para as multinacionais.

PT lança campanha em Defesa da Petrobras

Em sintonia com a CUT, FUP e os interesses dos trabalhadores e da nação, a direção nacional do PT, no último dia 26, adotou uma resolução

convocando a militância a se engajar numa ampla campanha em defesa da Petrobrás, do regime de partilha, de operadora única, da política de conteúdo nacional e contra o projeto Serra.

“As forças progressistas, o movimento sindical e popular devem reagir contra essa ofensiva à soberania nacional, ao desenvolvimento nacional e tecnológico, e que pode destruir milhares de empregos... É preciso voltar a investir no setor de óleo e gás sem privatizar partes das Petrobrás, como a Transpetro e a BR Distribuidora... Vamos organizar uma ampla campanha, de norte a sul do Brasil, com todas as forças populares e democráticas para defender a Petrobrás, o Pré-sal e derrotar o projeto entreguista do senador José Serra.”, diz a resolução.

Está certo o Senador Paulo Paim (PT/RS) quando diz que “o PT deve se manter ao lado dos trabalhadores, nem que para isso tenha que ser contra o governo”.

A defesa da Petrobrás deve integrar as bandeiras que serão levadas à Brasília na marcha de 31 de março (ver pag.7).

Nilton de Martins

PT apresenta programa de emergência

Lula candidato em 2018: “agora é pão, pão, queijo, queijo!”



Lula discursando no ato de 36 anos do PT

Reunido no Rio de Janeiro no 36º aniversário do PT, o Diretório Nacional (DN) tomou decisões que - dependendo de dar seqüência - podem ser históricas.

Ao adotar um “programa de emergência” (resumo abaixo), o PT passa a ter uma plataforma própria, distinta da do governo, pela primeira vez em 13 anos. O DN decidiu uma campanha em defesa do pré-sal ameaçado pelo projeto aprovado no Senado com apoio do governo, e ainda adotou uma moção pelo veto de Dilma à lei antiterrorismo.

Em seguida, na festa de aniversário, Lula praticamente se lançou candidato a presidente em 2018, desafiando juízes, procuradores e a mídia. Reafirmou alguns compromissos com o povo e a soberania, e concluiu assim: “Daqui pra frente, é pão, pão, queijo, queijo. Lulinha não vai ser mais Lulinha paz e amor!”

A imprensa e a oposição que já discutiam o descolamento do PT do governo, rebateram as medidas de emergência que destoam dos anúncios do Planalto (v. pág. 8). E reagiram raivosamente à fala de Lula. O editorial do Estadão (01/03) avaliou que assim “Lula abandona de vez a pretensão de ser a ponte entre o capital e o trabalho.” Exagero?

Um passo

É uma situação extrema e dramática. O governo eleito pelo PT ataca a sua base social, cuja condição de vida declina. A oposição começou a votar alguns projetos do governo, mas segue com os atos pelo impeachment. As pesquisas mostram a queda da preferência pelo PT - há casos de hostilidade em porta-de-fábrica -, mas é ainda o partido mais popular. Lula vê cair as intenções de voto, embora ainda esteja bem colocado.

É nesse cenário que a direção do

PT reagiu com um passo. Limitado, mas importante. Ajuda a organizar a resistência - a CUT com as frentes e entidades convocam uma Marcha a Brasília no dia 31, de fato contra a política econômica - e abre um debate fundamental, ao convocar, com o programa de emergência, uma “Conferência sobre Política Econômica”, precedida de plenárias com a militância nos diretórios para “popularizar e aperfeiçoar as propostas”.

Também é importante que a resolução de Conjuntura afirme que “a luta séria contra a corrupção institucional e disseminada, requer uma mudança em profundidade do funcionamento das instituições do estado, através de uma reforma política democrática que deveria ser objeto de uma Constituinte específica”.

Os próximos passos

Apresentando ainda outros pontos (abaixo), no DN votei no programa de emergência porque é progressivo.

Denuncia que “a renda financeira, remunerada por juros elevadíssimos pressiona o superávit das contas públicas como fator fundamental para a segurança de sua rentabilidade”. Diz que “desonerações e isenções vigentes beneficiaram diversos grupos de empresas, devem ser amplamente revisadas”. Nega claramente o abandono da lei do salário mínimo e das despesas obrigatórias, defende o pré-sal e a posição dos sindicatos no tema da previdência.

As 22 medidas propostas são um programa de arrecadação para investir, gerar emprego e consumo. Não para fazer superávit fiscal para pagar juros aos bancos (de fato abandonado como critério de política econômica), ou para dar garantia cambial aos especuladores como quer o capital internacional.

Todavia, ele precisa ser desenvolvi-

do para sustentar-se.

Por exemplo, ele admite “atravessar alguns anos de aumento programado e transparente da dívida interna, desde que o destino de novos déficits seja a recuperação econômica do país”. Ora, por que o mercado que exige superávits, aceitaria agora “anos” de déficits com a baixa dos juros, sem provocar a fuga de capitais aqui vindos especulativamente?

Essa é razão para uma intervenção pública com controle de capitais rumo à centralização do câmbio. Senão, a manipulação dos grandes especuladores inviabilizará o uso das reservas cambiais para investimento, assim como uma política industrial soberana ou a proteção comercial.

Então, sem querer resolver tudo agora nem neste artigo, é preciso falar claro pelo menos sobre o fim do

superávit e a intervenção no câmbio para preparar o povo e a nação - definitivamente, não estamos frente a uma “marolinha”.

Um apoio às 22 medidas será encontrado nas organizações sindicais e populares. Mas o realismo evidencia um choque com “ponte para o futuro” do PMDB - não tem como manter a aliança esdrúxula - realismo que faltou na resolução do DN sobre as eleições de 2016 que é mais do mesmo, “defesa do legado” e da “base aliada”. A discussão continua.

Há 5 meses, o Diálogo e Ação Petista lançou um Manifesto de Alarme que alertava: ou Dilma muda de política econômica, ou o PT deve mudar a relação com ela. Ela ainda não mudou. Mas relações parece que começam a mudar um pouco.

Markus Sokol

“DOBRAR A APOSTA”

O documento “O futuro está na retomada das mudanças”, votado por unanimidade no DN, resumidamente, propõe:

(...) “Dobrar a aposta na opção adotada pelo presidente Lula, com mais investimento público, mais desenvolvimento industrial, mais mercado interno, mais integração regional, mais políticas públicas, mais salário e emprego.

Muitas das medidas elencadas dependem de aprovação parlamentar; outras são de livre arbítrio do Poder Executivo. Em ambos casos, a viabilidade do programa apresentado pressupõe a reunificação do campo progressista ao seu redor, intensa batalha político-ideológica, potente mobilização social e amplas alianças com setores democráticos dispostos a apoiar opção dessa natureza, incluindo o comprometimento do governo da presidenta Dilma.

O desenlace dessa discussão, em âmbito interno, está na convocação de uma Conferência sobre Política Econômica, a ser realizada proximamente, sob a direção da Comissão Executiva Nacional do PT, precedida por plenárias com a militância e os militantes sociais, que sejam capazes de popularizar e aperfeiçoar as propostas apresentadas.

Também levaremos as medidas aqui listadas ao debate na Frente Brasil Popular, além dos partidos e movimentos aliados.

Programa Nacional De Emergência

1. Forte redução da taxa básica de juros como elemento fundamental para diminuir o déficit nominal da União, aumentar o investimento público, impedir a apreciação cambial, baratear o crédito e incentivar a retomada do crescimento.

2. Utilização de parte das reservas internacionais para um Fundo Nacional de Desenvolvimento e Emprego, destinado a obras de infraestrutura, saneamento, habitação, renovação energética e mobilidade urbana.

3. Ampliação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

8. Retomada da reforma agrária, com prioridade imediata à distribuição de terras para trabalhadores acampados.

10. Tributação de juros sobre capital próprio, com a revogação do benefício fiscal.

11. Tributação sobre lucros e dividendos, eliminando isenção de Imposto de Renda.

12. Adoção de regime progressivo para o Imposto Territorial Rural sobre propriedades improdutivas.

13. Extensão do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para barcos e aviões.

14. Adoção de Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).

15. Revisão da tabela do imposto de renda sobre pessoas físicas, com aumento do piso de isenção e ampliação progressiva das faixas de contribuição.

16. Aumento do imposto sobre doações e grandes heranças.

17. Fim da isenção de contribuição previdenciária dos exportadores agrícolas e das entidades filantrópicas”.

Dia internacional da mulher trabalhadora

Resgatar o vermelho da bandeira na luta contra a opressão da mulher

O 8 de março de 2016, no Brasil, ocorre em uma situação na qual as mulheres, em particular das classes trabalhadoras, estão ameaçadas de gerar fetos com microcefalia. Dadas as suas condições materiais, elas são mais sujeitas ao zika vírus, um possível responsável por essa anomalia.

Num país ainda coberto pelo manto obscurantista que impede o direito democrático à opção ao aborto, o governo, através de seu ministro da Saúde, Marcelo Castro (PMDB), se nega a legalizar o aborto em comprovada situação de microcefalia, uma questão elementar de saúde. Um fato que expressa o quão atrasado é o Brasil em relação aos direitos das mulheres. No caso do aborto, um direito elementar é negado com as bênçãos do Papa Francisco que, em sua última incursão pela América Latina (Cuba e México), manifestou-se contrário ao aborto de fetos com microcefalia, argumentando: “é matar uma pessoa para salvar outra, no melhor dos casos, ou para deixá-la bem. É um mal em si mesmo”.

Em relação aos direitos, como mulheres trabalhadoras, o atraso não é menor. Se alarde o fato de que a mulher participa mais do mercado de trabalho, é verdade. Mas participam em condição inferior, recebendo cerca de 70% do salário em mesma função exercida por um homem. E as mães trabalhadoras, que dependem do serviço público para deixarem os filhos e poderem trabalhar, amargam

em todo país a carência de creches, situação que se agrava com a política do ajuste fiscal praticada pelo governo da presidente Dilma.

Na situação em que o ataque aos direitos democráticos e trabalhistas é a consequência da política de guerra do imperialismo, buscando safar-se da crise em que jogou o planeta, a discussão da luta contra a opressão da mulher ganha toda sua dimensão.

É preciso resgatar essa luta como uma luta do conjunto da classe trabalhadora - mulheres e homens -, pela sua emancipação. Em outras palavras, para pôr fim ao sistema baseado na propriedade privada dos grandes meios de produção e que empurra a humanidade à barbárie.

Esse resgate torna-se mais necessário quando, em uma situação já muito difícil para os oprimidos, a política do imperialismo visa destruir, desnaturar, as organizações construídas pela classe trabalhadora, que vertebram a luta das amplas massas.

A concepção feminista que propaga ser a questão de gênero (homem x mulher), e não de classe, a causa da opressão da mulher - de onde deriva, por exemplo, a política de cotas e de “empoderamento” das mulheres - divide e enfraquece a luta das trabalhadoras, ao lado de sua classe e de suas organizações.

Do vermelho ao lilás

O lilás, a cor adotada pelas feministas, passou a predominar depois



RÚSSIA, 1917: “O DIA DAS OPERÁRIAS”

O dia internacional de luta das mulheres trabalhadoras foi uma decisão das delegadas dos partidos socialistas, entre elas, Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai, na 2ª Conferência de Mulheres Socialistas, realizada na Dinamarca, em 1910. Na Rússia czarista, houve uma primeira atividade em 3 de março de 1913. No ano seguinte, 1914, as organizadoras foram presas e não houve atividade.

Em 1917, as mulheres socialistas organizaram o Dia da Mulher em 23 de fevereiro (calendário russo, que no calendário ocidental correspondia a 8 de março). Nesse mesmo dia, explodia uma greve das trabalhadoras em tecelagem de Petrogrado. A manifestação do Dia da Mulher desencadeou o processo revolucionário que em outubro levaria à tomada do poder. “O dia das operárias, 8 de março, foi uma data memorável na história. Nesse dia as mulheres russas levantaram a tocha da revolução”, escreveu Alexandra Kollontai.

que a ONU em 1975 reconheceu a data de 8 de março como dia internacional da mulher. Em relação a ONU, que em sua Assembleia Geral em 2010 criou a “ONU Mulheres, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres”, não é necessário discorrer sobre seu compromisso com o sistema capitalista, e a cínica preocupação com a opressão da mulher. Basta lembrar suas tropas de ocupação no Haiti, cujos soldados violam mulheres e crianças.

O vermelho das militantes socialistas no início do século 20 representava a luta contra a opressão das mulheres no mesmo processo de luta pela revolução. A adoção do lilás expressa uma ruptura com a tradição do movimento e das organizações da classe operária pela revolução socialista, que integrou a luta contra a opressão da mulher como uma tarefa de toda a classe, homens e mulheres.

Na luta pelo socialismo

Em 1925, em “Das memórias sobre Lenin”, Clara Zetkin relata o que ele lhe dissera em uma discussão:

“Nenhuma organização especial para as mulheres. Uma mulher comunista é membro do Partido tanto como um homem comunista. Não deve existir quanto a isso nenhuma imposição especial. Todavia, não devemos esquecer que o Partido deve possuir pessoas, grupos de trabalho,

comissões, comitês, escritórios ou o que mais for preciso, com a tarefa específica de despertar as massas femininas (...) Necessitamos de organismos apropriados para realizar o trabalho entre as mulheres. Isso não é feminismo: é o caminho prático, revolucionário.”

Dois anos depois da Revolução Russa de 1917, falando sobre os avanços do governo soviético em relação aos direitos das mulheres, Lenin escreve: “A posição da mulher põe particularmente em evidência a diferença entre a democracia burguesa e a socialista e dá uma resposta particularmente clara ao problema que antes levantamos. Em nenhuma república burguesa (isto é, onde existe a propriedade privada da terra, das fábricas, das minas, das ações, etc.) mesmo na mais democrática, em nenhum lugar do mundo, mesmo no país mais avançado, a mulher goza de plena igualdade de direitos. E isso apesar de haver decorrido 130 anos desde a grande revolução francesa democrático-burguesa.” (grifo meu)

Da plena igualdade de direitos no socialismo, ou o direito ao aborto, a políticas públicas e igualdade salarial no capitalismo, a luta contra a opressão da mulher é uma luta da classe explorada contra a classe exploradora, não de um gênero contra o outro. Sua bandeira é vermelha e não lilás.

Misa Boito



SÃO PAULO, GREVE GERAL DE 1917

Em julho de 1917, com a decisão de parar a produção, as operárias de duas fábricas têxteis do Cotonifício Rodolfo Crespi deram início a uma greve que rapidamente se estendeu para outras categorias da cidade e depois pelo país. Apesar de fortemente reprimida pela Força Pública, a greve geral foi mantida por 36 dias. Entre as conquistas das reivindicações inscritas na plataforma da greve estavam a abolição do trabalho noturno das mulheres e também a proibição da exploração, nas fábricas, oficinas, etc, do trabalho de menores de 14 anos. Na foto, em destaque uma trabalhadora do Comitê de Defesa Proletária, na greve geral de 1917 em São Paulo.

Trabalhadores sul-africanos reforçam organização

Movimentos dão passos para formar uma nova central sindical e um partido operário de massas

Na Azânia (África do Sul), importantes desenvolvimentos ocorrem no movimento operário. Reproduzimos entrevista a esse respeito com três dirigentes do Partido Socialista da Azânia (Sopa, na sigla em inglês): Lybon Mabasa, Phineas Malapela e Hamilton Hukwe. Phineas e Hamilton são também dirigentes das centrais sindicais Cosatu e Nactu. A entrevista foi publicada originalmente em "Informações Operárias", jornal do Partido Operário Independente (POI) da França.

A Cosatu, principal central sindical do país, faz parte da tríplice aliança que sustenta o governo, formado pelo Congresso Nacional Africano (CNA) e pelo Partido Comunista da África do Sul (PCAS). A Nactu é uma central sindical que foi fundada por militantes da Consciência Negra, de Steve Biko, e do Congresso Panafricano, ambos opostos ao CNA.

Qual é a situação na Azânia (África do Sul), mais de três anos após o massacre de Marikana, no qual a polícia matou mineiros negros que faziam greve?

A situação da classe operária e do povo é difícil, principalmente por causa da queda da cotação do rand (moeda sul-africana), o que fez os preços aumentarem muito. A taxa de desemprego, que já era elevada, particularmente na juventude, agora é ainda pior. As companhias mineradoras anunciaram milhares de demissões. Mas, ao mesmo tempo, a resistência



Assembleia geral, em Marikana, de mineiros em greve

dos trabalhadores é significativa. A situação aberta após o massacre de Marikana, a greve dos mineiros e a enorme mobilização que se seguiu, é pré-revolucionária. No ano passado, houve o movimento dos estudantes, apoiado pelos trabalhadores, contra o aumento das taxas de inscrição às universidades.

Depois do Congresso da Cosatu, que confirmou a expulsão de sua federação mais importante, a Numsa (metalúrgicos), do ex-secretário-geral, Vavi, que se opuseram ao apoio da Cosatu ao governo CNA-PCAS, qual é a situação?

A Numsa batalhou para ser reintegrada, mas, depois do congresso extraordinário da Cosatu realizado em julho, retirou o pedido de reintegração. Ela propôs a realização, em maio próximo, de uma

conferência chamada Cúpula dos Trabalhadores, para criar uma nova central sindical, reunindo também os sindicatos que decidiram sair da Cosatu, a Nactu, a Fedusa (segunda central sindical do país) e a Consawu (quarta maior central).

A Cúpula dos Trabalhadores lançou um Movimento pelo Socialismo, para constituir um partido de trabalhadores independente dos partidos dirigentes. O que pensa o Sopa?

O Movimento pelo Socialismo reúne vários partidos, todos se reivindicando do socialismo e ligados ao movimento operário: Azapo, Keep Left, Left Front, Left Unity, Socialist Group, Wasp e Sopa. Nas eleições locais de maio, o Movimento pelo Socialismo e a Numsa apoiaram candidatos apresentados

por cada um desses partidos. Confiamos que esse movimento abre caminho para a constituição de um partido de trabalhadores de massa. O Sopa nunca se considerou o partido operário de massas acabado. Nós sempre batalhamos para construir um, e pensamos que o Movimento pelo Socialismo está no caminho certo.

Em dezembro, manifestações exigiram a demissão de Jacob Zuma (presidente da República, membro do CNA), retomando slogans dos estudantes contra o aumento das taxas de inscrição ("Zuma deve cair!"; "As taxas devem cair!"). A Numsa denunciou-as como uma manobra do imperialismo, mesmo reconhecendo a exasperação da população contra Zuma. O que vocês pensam disso?

Zuma representa o partido no poder. E como o governo recebe ordens das instituições imperialistas, o povo e os trabalhadores querem fazê-lo cair. A Numsa tem uma direção centrista em via de ruptura com o CNA, do qual provém, e tende a ver manobras imperialistas por trás de cada movimento oposto ao CNA. Claro, os brancos apoiam essas manifestações porque detestam Zuma, mas era fundamentalmente um movimento contra a política do governo. Nossos camaradas organizaram manifestações, e levantaram a palavra de ordem "O CNA deve cair", mais clara do que "Zuma deve cair". Zuma está a serviço do imperialismo e faz aquilo que este lhe pede.

Espanha: uma primeira vitória

Liberação de oito sindicalistas é uma conquista do movimento operário

O Estado espanhol estava utilizando o artigo 315.3 do Código Penal, herança da ditadura de Franco, para reprimir, processar e prender 300 sindicalistas. Em 17 de fevereiro, 8 processados da Companhia Airbus por sua participação na greve geral contra a reforma do trabalho foram liberados.

O jornal Información Obrera, comemorou em seu editorial (19/02): "Nosso jornal, que participou do combate, tem orgulho de ter contribuído para essa vitória com a campanha que levou ao longo desses 3 anos. Desejamos reafirmar o infatigável engajamento dos 8 camaradas da Airbus, assim como o de todas as organizações que combateram sem cessar (...). Queremos também falar da importância da campanha levada por mais de 20 países, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) do

Brasil e pelas organizações sindicais do país irmão e vizinho, a França. É uma vitória para nós! Mas é somente uma primeira vitória, uma primeira etapa: 300 outros sindicalistas continuam sendo ameaçados, e alguns já estão prestes a ser condenados. É preciso continuar o combate em unidade para acabar com todos os processos, todas as condenações, pela supressão do artigo 315.3 e a retirada das acusações".

A Espanha é uma monarquia parlamentarista. Suas instituições políticas são oriundas do franquismo e são apoiadas pelo capital financeiro, forças reacionárias e instituições do imperialismo.

Em 2010, José Luís Zapatero, então presidente do Governo da Espanha pelo Partido Socialista (PSOE), aplicou um plano de austeridade que castigou o povo espanhol. Pela política que

aplicou, o PSOE perdeu o poder e a situação piorou ainda mais nesses quatro anos em que Mariano Rajoy, do Partido Popular (PP) – direitista e representante das instituições franquistas – governa o país.

Rajoy fez reformas trabalhistas que agravaram o desemprego e a exploração. Nas últimas eleições para o Parlamento, em dezembro de 2015, o PP de Rajoy sofreu uma derrota, perdeu cadeiras no Parlamento.

Diante do colapso político que vive o país, fruto de governos que atacam sistematicamente os trabalhadores e a juventude, a vitória do movimento operário e de suas organizações, com a liberação dos 8 da Airbus, é um encorajamento. Esse fato traz esperança e força para a luta por todas as reivindicações e aspirações democráticas e sociais da grande maio-



ria do país, a começar pela retomada dos empregos, por medidas para restabelecer os serviços públicos de saúde e educação, proteção da previdência social e a fraternidade

entre os povos do Estado espanhol.

O editorial de Información Obrera conclui que, nessa situação, "os partidos que se beneficiam do apoio dos trabalhadores e povos, em primeiro lugar o PSOE, Podemos, Izquierda Unida, tem uma responsabilidade histórica".

Correspondente

Eleições nos Estados Unidos

Primárias para escolha de candidatos exprimem a crise política

Os primeiros resultados das eleições primárias (um tipo de prévias) para escolher os candidatos à presidência dos EUA expressam a crise política que atinge os dois grandes partidos estadunidenses, o Partido Democrata (de Obama) e o Republicano.

O Partido Republicano está despedaçado com três candidatos considerados de extrema-direita liderando as votações enquanto Jeff Bush - filho e irmão de ex-presidentes dos EUA, membro de uma grande família de capitalistas, ligada à indústria de armamentos, com enormes quantidades de recursos financeiros - vinha recebendo tão poucos votos que sua candidatura entrou em crise e ele foi obrigado a desistir.

Entre os Democratas a crise se manifesta na incapacidade de descartar Bernie Sanders que era visto como um candidato figurativo, e escolher, de uma vez por todas, Hillary Clinton, ela também representante de um setor do capital estadunidense - e que teve e tem importante participação, por exemplo, na ocupação militar do Haiti.

Mas os resultados iniciais das eleições primárias indicam a rejeição da política dos dois grandes partidos pela população estadunidense e, ao mesmo tempo, a crise da classe dominante dos EUA, incapaz, nesta situação, de selecionar um candidato que se afirme claramente como representante de seus interesses.

Do apoio sindical ao Partido Democrata à construção de um partido independente

Fala-se muito da surpresa Bernie Sanders, que se apresenta como "socialista". Ele faz campanha, principalmente, reproduzindo a defesa de reivindicações da central sindical AFL-CIO relativas à seguridade social.

Numerosos jovens, camadas da pequena burguesia golpeadas pela crise, mas também sindicatos da AFL-CIO - entre eles o combativo sindicato das enfermeiras - apoiam a candidatura Sanders.

É justamente aí que está o problema. Sanders, se diz socialista, mas é candidato nas prévias dentro do Partido Democrata que é um dos grandes partidos capitalistas dos Estados Unidos. Durante décadas, esse partido recebeu apoio político e financeiro da central sindical AFL-CIO.

Mas, uma vez no poder, a política do Partido Democrata é, com poucas diferenças, a mesma do Partido Republicano. Nos últimos vinte anos, um movimento profundo existe no seio dos sindicatos para acabar com o apoio aos democratas.

Em consequência desse movimento de ruptura, ganhou força uma antiga



Bernie Sanders e Hillary Clinton, candidatos do Partido Democrata

aspiração: que os sindicatos constituam seu próprio partido político face aos dois grandes partidos do imperialismo nos EUA.

O significado da candidatura de "esquerda" de Bernie Sanders

Bernie Sanders já indicou que, caso não seja o escolhido, ele chamará a votar na candidatura vencedora das primárias do Partido Democrata, no caso Hillary Clinton, a outra candidata.

Assim, essa candidatura "de esquerda", no quadro das primárias do Partido Democrata, tem como resultado reaproximar uma série de sindicatos, como o das enfermeiras, que estavam se desligando do Partido Democrata.

A campanha de Bernie Sanders tem pouco impacto sobre os negros americanos. Ainda mais do que todos os outros americanos, a grande maioria negra não vota nas eleições, exceção feita à primeira eleição de Obama, onde havia uma verdadeira mobilização. Apesar de algumas referências a Martin Luther King e os direitos civis, a campanha de Bernie Sanders não aparece aos olhos dos negros, sujeitos ao racismo e à opressão, como uma candidatura de ruptura com o sistema.

Bernie Sanders utiliza uma linguagem de esquerda para atrair de volta ao Partido Democrata os sindicatos que haviam se distanciado, e por isso tornou-se uma armadilha para a independência do movimento sindical.

Essa armadilha pode assumir formas bastante sofisticadas. Por exemplo, o agrupamento de militantes sindicais Labor Fightback Network (Rede de Resposta Operária), chama

os sindicatos que apoiam Sanders a "se reunir para avançar na via de uma política operária independente e sensibilizar as organizações das 'comunidades' com o objetivo de constituir um Labor Party (...). Só um agrupamento desse tipo permitirá agrupar jovens e impactar as comunidades de cor: Afro-Americanos, Latinos, Asiáticos, nativos (Índios), muçulmanos e outras nacionalidades oprimidas, com base num programa que reflita suas necessidades".

Deixemos de lado a surpreendente lista das "comunidades de cor", em particular os muçulmanos que não são nem "comunidade" nem "nacionalidade oprimida," mas uma religião!

Sobra um problema: latinos e asiáticos são imigrantes. É obrigação do movimento sindical defender sua integração, com direitos iguais, à força de trabalho estadunidense. Mas a população negra não é imigrante, não pode ser colocada no mesmo plano. Os negros são os descendentes dos escravos, arrancados de suas terras para

construir o país, estão no coração da constituição da nação estadunidense, em particular por seu papel na guerra de secessão. Mesmo se é vítima de uma opressão racial específica, a população negra é parte integrante da classe operária estadunidense e a luta contra sua opressão é tarefa de todo o movimento operário. Sem essa compreensão não se poderá construir um verdadeiro Labor Party.

Ademais, acreditar que é possível transformar a campanha Bernie Sanders em ponto de apoio para construir o Labor Party é uma ilusão mortal. Ele não é um candidato operário desgarrado no meio do Partido Democrata. E caso ele fosse escolhido por esse partido? Deveria ser apoiado? Essas artimanhas e manobras, cobertas por uma linguagem radical, têm como único resultado erguer obstáculos suplementares ao combate pelo Labor Party, empurrando militantes a um impasse.

LB

Assine **O TRABALHO** ★

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo

Fone/fax: (11) 2613-2232